

ALVES, Nilda (Org.). Formação de **professores**: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992.

A formação de professores representa um dos muitos problemas apontados no debate sobre a escola pública no Brasil. Há quase uma década, os pensadores envolvidos com a educação vêm destacando a má formação profissional dos professores. É interessante porque os temas entram em debate, não se sabe muito bem como e nem por que, e vão se sucedendo um a um até ficarem gastos.

Nos últimos anos assistimos a este movimento com relação a alguns temas. Primeiro foi a vez do tecnicismo na educação; depois veio a democratização da escola; em seguida o fracasso escolar; e agora é a vez da formação de professores.

À medida que um tema é escolhido passa a ser tratado até a exaustão e será substituído por outro sem que se tenha esgotado ou provocado mudanças na situação da educação e da escola. Entre o que se estuda e o que se consegue transformar, há uma distância muito grande. Fica-me então uma indagação: estaremos nós, na educação, investigando profundamente os temas que elegemos como prioritários ou com legítimos? Se estamos, por que não conseguimos interferir nos rumos da transformação efetiva da educação, de seus agentes e suas instituição?

Uma pista que se apresenta ante essas indagações aponta para a possibilidade de estarmos fazendo estudos e análises segmentados, que não se aprofundam pela troca fecunda de idéias en-

tre grupos de diferentes áreas que se interessam pela pesquisa em educação. Outra possibilidade está ligada à sedução exercida sobre os pesquisadores pelos chamados temas novos ou palpitantes, que se apresentam como a última descoberta apta a solucionar os graves problemas vividos no campo da educação.

Ao tomar contato com esta coletânea organizada pela professora Nilda Alves, a primeira sensação que tenho é de que os autores, que participam com seus artigos neste livro, configuraram-se num grupo buscando trocar idéias, debater assuntos correlatos. Todos os textos publicados nesta obra são apresentados como anotações ou subsídios para debate. Aparece, pois, neste trabalho, uma tentativa de aprofundamento do tema, e mais do que isso, um convite ao estudo e a discussões com seus pares.

Os cinco artigos que compõem esta coletânea envolvem desde reflexões teóricas sobre os desdobramentos propostos pela sociedade contemporânea para sua própria organização, até relato de experiências novas com vista a uma formação mais adequada dos professores.

Freitas, preocupado com a formação do educador, procura respostas para as demandas oferecidas pela nova organização do trabalho, configurada hoje, na percepção do autor, em uma nova forma de exploração do trabalhador. Seu texto gira em torno dos problemas colocados pela nova divisão internacional do trabalho e, dos conhecimentos que estariam sendo necessários para que o trabalhador saia da escola com melhores con-

dições de lutar pela transformação social. Para o autor, a discussão sobre a formação do educador não pode estar distanciada da análise do novo padrão internacional do capitalismo. Alerta para o rumo dado pelos discursos que orientam as reformas numa perspectiva denominada neotecnismo — "É a aplicação dessa tecnologia do poder aos domínios da educação com o objetivo de atender às necessidades do novo padrão de exploração da classe trabalhadora".

A experiência de formação de professores levada a efeito pela Universidade Federal Fluminense, em Angra dos Reis, é analisada em artigo de Nilda Alves e Regina L. Garcia. As autoras vêem no projeto uma possibilidade de construção coletiva de conhecimento, garantida por um currículo flexível e interdisciplinar, além de ter o novo curso de pedagogia o compromisso com um eixo orientado pela pesquisa e prática pedagógica. O relato da experiência permite perceber as amplas discussões que antecederam e que seguem ocorrendo entre os docentes envolvidos com o curso, os técnicos da Secretaria de Educação de Angra dos Reis e membros da comunidade. Esta prática que tem servido ao delineamento e avaliação do curso, já pode ser apontada com uma maneira diferente de se pensar e fazer educação.

Os outros três artigos que compõem a obra tratam diretamente da formação de professores e de aspectos internos à escola, imbricados com a prática pedagógica, seja na universidade seja na escola pública de 1º e 2º graus.

Partindo do estudo dos cursos noturnos, no Rio de Janeiro,

Celia Linhares discute a dinâmica da exclusão nas sociedades contemporâneas. Ela procura compreender o imaginário do trabalhador que frequenta os cursos noturnos, um trabalhador que luta para encontrar e manter um emprego num mercado excludente e perverso, que acredita na escola como instituição capaz de salvá-lo das mazelas de sua própria condição. Por outro lado, observa a escola destinada a esse trabalhador. Uma escola de segunda categoria, cedida a ele por favor, porque projetada para os alunos regulares dos cursos diurnos, com mobiliário infantil, assim como são também os livros que ele encontra. O resultado deste encontro do trabalhador e suas fantasias com a escola que lhe é reservada é de fracasso. Tal fracasso não é privilégio seu, mas atinge também o professor, outra vítima não menos excluída e explorada que seu próprio aluno.

A formação dos professores e alunos das camadas populares, tema com espaço garantido na grande maioria dos colóquios sobre educação em países pobres, é tratado nesta publicação tendo como ponto fundamental o currículo. Na percepção do autor — Antonio F.B. Moreira — os currículos dos cursos de formação de professores devem possibilitar ao futuro profissional a superação de dicotomias já apontadas na prática docente, tais como: o etnocentrismo dos currículos; o uso da linguagem e as questões que envolvem os dialetos dos alunos e a língua culta; a leitura e a produção de textos; e a dicotomia da própria formação de professores expressa no currículo que separa a formação específica e a formação pedagógica. Nas palavras do autor, "Estamos propondo, em síntese, que os currículos dos cursos que preparam professores contribuam para que eles

assumam não como intelectuais tradicionais, conservadores, mas sim como intelectuais transformadores".

Os estágios curriculares na formação do professor, nos cursos de graduação, são discutidos por Maria de Lourdes Fávero que destaca a desarticulação dos currículos além da falta de recursos destinados à universidade pelos poderes públicos, refletidas em infra-estrutura deficitária e incipiente política de graduação. A autora não apresenta proposta de reformulação dos estágios curriculares, mas alerta para a necessidade urgente de se pensar esta prática pedagógica nas nossas universidades. "Formar profissionais não significa apenas formar pessoas de bom senso. É mais do que isso! É formar pessoas dotadas de conhecimentos sistematizados em base científica, filosófica e tecnológica", diz a autora.

Desta leitura, pela qual se percebem os graves problemas enfrentados pelas universidades, na formação do professor capaz

de atuar nas diferentes escolas públicas deste País, fica-me uma série de indagações: Será que não caberia, neste momento, pensarmos no lugar social que foi atribuído a esta instituição, seja pela própria sociedade, seja pelos educadores, seja pelos poderes públicos? Será que uma única instituição social tem capacidade para abarcar tantas atribuições? Que professor será este que está no imaginário de toda gente, será um professor, produto desta mesma sociedade desarticulada e portadora de tantos males sociais?

Diante de tantas indagações, cabe esperar que o convite à reflexão, feito pelos textos ora apresentados, venha seduzir pesquisadores com vista ao aprofundamento do debate.

Águeda Bernardes Uhle
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)